

Foram mais R\$ 92,1 bilhões pelo ralo

Gasto com juro em

maio equivale a 10

vezes a alta do IOF

Reprodução Youtube



Jair Bolsonaro defendeu crimes de Israel e dos EUA em ato na Avenida Paulista

Em mais um ato organizado e financiado no domingo (29) pelo pastor Silas Malafaia na avenida Paulista, em São Paulo, Jair Bolsonaro voltou a atacar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dizer que foi roubado na eleição de 2022. “Eu não esperava aquele resultado”, disse ele, que ainda respaldou o genocídio de Israel em Gaza e a agressão de Trump aos migrantes brasileiros. Malafaia chamou a direita de traidora. Ela “é vagabunda e prostituta”, afirmou. **Pág. 3**

Países da Otan vão gastar mais em armas do que com escolas

A elevação dos gastos militares dos países integrantes da Otan para 5% do PIB, aprovada sob imposição de Trump na recém realizada cúpula da agressiva aliança, vem sendo questionada no mundo inteiro, não apenas pela Rússia e China, indistigáveis alvos dessa reiteração da corrida armamentista, mas até mesmo nos países europeus e EUA. **Pág. 7**

Israel executa o 228º jornalista na Faixa de Gaza

Na segunda-feira (30), foi morto o fotojornalista e cineasta Ismail Abu Hatab – que havia feito recentemente uma exposição em Nova Iorque – e ferida a jornalista Abu Sultan, correspondente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) na região, em um ataque que teve como alvo o café Al-Baqqa. Já são 228 trabalhadores de comunicação assassinados na Faixa de Gaza desde 7 de outubro de 2023, denunciou o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), apontando profunda preocupação. **Pág. 6**



Entrave ao crescimento descoesiona sociedade e enfraquece a democracia

O gasto do setor público consolidado (União, Estados/municípios e estatais) com juros atingiu em maio deste ano a soma de R\$ 92,1 bilhões – um aumento de 23,8% em relação ao mesmo mês de 2024 (R\$ 74,4 bilhões), segundo dados do Banco Cen-

tral (BC), divulgados nesta segunda-feira (30). No ano, já são R\$ 946 bilhões. Cifra maior do que o orçamento da Saúde, Educação e Assistência Social somados. Para efeito de comparação, o que o governo espera arrecadar com o aumento do IOF é algo perto de 10 bilhões de reais. **Pág. 2**

Produção industrial cai 0,5% em maio, golpeada pelos juros altos



Crianças sobreviventes de mais uma chacina israelense em Gaza, dia 2, atendidas em frente a hospital destruído

Chega a 580 palestinos mortos por Israel ao buscar comida

Já são 580 os palestinos mortos na Faixa de Gaza na armadilha macabra de Netanyahu, em ataques a moradores que procuram por distribuição de alimentos. Os ataques com bombas, tiros

de tanque, metralhadoras e drones ocorrem quase todos os dias. No último domingo, em 24 horas, mais 33 palestinos foram mortos. Na terça-feira (1), mais de uma centena de pessoas, em grande parte

mulheres e crianças, foram assassinados em Gaza, em vários ataques. Na foto, algumas crianças sobreviventes da chacina israelense da quarta-feira, dia 2, quando estão sendo atendidas no chão, do lado de

fora do destruído hospital Baptist, na Faixa de Gaza. Ainda no dia 2, o diretor do hospital Indonésio em Gaza, Marwan al-Sultan, foi assassinado por Israel, somando 142 palestinos mortos no dia. **Página 6**

A produção industrial nacional recuou 0,5% em maio de 2025 em relação a abril do mesmo ano (queda de – 0,2%, dado revisado de +0,1%), informou o IBGE, na quarta-feira (2). Com o resultado, a atividade industrial do país está 15,0% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011, de acordo com série histórica Pesquisa Industrial Mensal (PIM). “A fração da indústria mais dependente das condições de crédito e juros e, por isso, mais impactada pelo atual ciclo de alta da taxa Selic pelo BC, foi quem puxou para baixo o desempenho agregado”, apontou o IEDI. **Página 2**

Tarcísio justifica privatizada jogar o esgoto no Tietê

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) confirmou que esgoto bruto foi despejado diretamente no rio pela Sabesp, com o aval do governo estadual. Segundo o governador privatista, o lançamento de 216 milhões de litros de esgoto bruto no rio Tietê pela Sabesp, após ela ter que refazer uma obra mal feita na Marginal Tietê, foi um “efeito colateral”. **Pág. 4**

Para ministro do Trabalho, o juro alto está freando novos empregos

O Brasil criou 148.992 vagas com carteira assinada em maio deste ano, segundo dados do Novo Caged, divulgados na segunda-feira (30). Apesar do resultado positivo, houve uma desaceleração frente ao mês anterior, quando foram criados 237.377 postos de trabalho – uma queda de 37,2% na comparação mensal. “Quem sabe isso deixa o pessoal do Banco Central feliz”, criticou o ministro Luiz Marinho. **Pág. 2**

A falácia da austeridade fiscal

“A insistência em permanecer fiel a essa austeridade pode custar muito caro ao projeto da reeleição de Lula em 2026. Apesar da urgência do calendário, ainda há tempo para mudar a essência da política econômica”

PAULO KLIASS*

O Ministro Fernando Haddad insiste em sua narrativa relativa à falácia da austeridade fiscal. O responsável maior pela condução da política econômica do terceiro mandato do Presidente Lula não perde a oportunidade de se apresentar como um interlocutor confiável aos olhos da Faria Lima e da Febraban. Ao vestir a fantasia de bom moço na defesa dos interesses do financismo na Esplanada, ele faz questão de repetir, dia sim e outro também, que tem a responsabilidade fiscal cega e burra como uma de suas maiores obsessões da vida.

O roteiro desta farsa vem sendo construído de forma meticulosa antes mesmo da posse de Lula. Durante o período posterior à proclamação dos resultados do pleito no final de outubro de 2022, Haddad assumiu o comando da área econômica no processo da transição de governos. Assim, ele convenceu Lula de que não seria correto apenas revogar o Teto de Gastos de Michel Temer, consubstanciado na EC 95. O Professor do Insper argumentou a seu chefe que o melhor caminho seria condicionar a revogação daquela medida à aprovação de uma lei complementar disciplinando um suposto Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Esta foi a primeira armadilha preparada por ele e aceita por Lula.

Quanto ao desenho do modelo da nova austeridade fiscal, Haddad ouviu atenciosamente as sugestões do então Presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, bem como as valorosas colaborações de alguns dirigentes e presidentes de bancos e instituições financeiras. Tudo foi criteriosamente consolidado nos termos dos dispositivos daquilo que se tornou a Lei Complementar 200/2023. Isso significa a manutenção de regras de austeridade fiscal bastante draconianas, focando na redução de despesas e direcionando para a prática de obtenção de superávit primário. As despesas só poderiam crescer no ritmo máximo de 70% do aumento das receitas, com um limite máximo de 2,5% ao ano. Esse é o atual teto do Haddad. A medida se constitui na segunda armadilha montada pelo auxiliar de Lula para seu chefe.

AUSTERIDADE FISCAL: O SAMBA DE UMA NOTA SÓ

Na sequência da implementação do NAF, Haddad propôs a Lula que seu governo assumisse a bandeira de “zerar o déficit fiscal primário” a partir de 2024. Trata-se de uma medida de natureza claramente suicida para um governante que havia prometido realizar “mais e melhor do que nos dois primeiros mandatos”, além de assegurar na campanha eleitoral que iria realizar “40 anos em 4”. Já cumprimos dois anos e meio e até o momento muito pouco foi apresentado pelo governo à sociedade a esse respeito. É bem possível que o não cumprimento de tais expectativas esteja na base do crescimento da insatisfação popular, tal como aferem as pesquisas de opinião.

Não satisfeito com as consequências políticas e sociais decorrentes dos cortes de despesas orçamentárias nas políticas no ano passado e no atual, Haddad ainda propõe aprofundar a tragédia. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2026 encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional propõe a meta de um superávit fiscal de 0,25% do PIB em pleno ano eleitoral. A matéria está tramitando no âmbito da Comissão Mista do Orçamento (CMO) sob o rótulo PLN 2/2026. Uma loucura! Um verdadeiro devaneio neoliberal em meio a um embate que corre o grave risco de permitir o retorno da extrema direita ao governo federal.

Contiua: <https://horadopovo.com.br/a-falacia-da-austeridade-fiscal-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

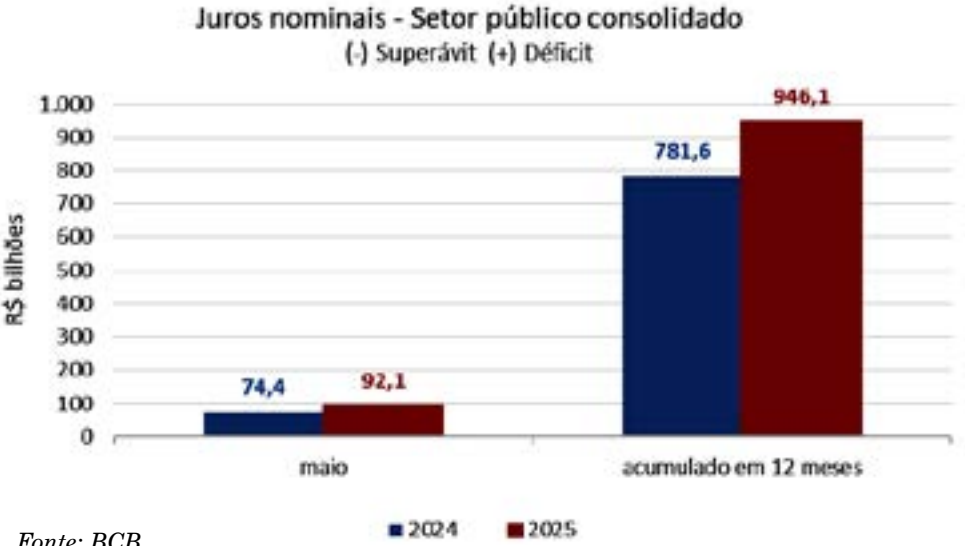
Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@ig.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Gasto com juros em maio é dez vezes o esperado com alta do IOF



Ronaldo Carmona da ESG



Ildo Sauer da USP

Brasileiros denunciam crimes em bombardeios dos EUA ao Irã e questionam sua eficácia

Para o professor Ildo Sauer (USP), ataques afrontam leis internacionais e objetivaram desviar a atenção do mundo sobre o genocídio em Gaza. Ronaldo Carmona (ESG), diz que usinas estão a 800m e as bombas americanas atingem apenas 60m de profundidade

O professor Ildo Sauer, titular do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, afirmou, na segunda-feira (23), ao canal Faixa Livre do Youtube e ao HP, que o bombardeio às instalações nucleares do Irã pelos Estados Unidos, ocorrido no domingo (22), foi uma violação do direito internacional, dos princípios do Tratado de Westfália e uma afronta direta à Carta das Nações Unidas.

BOMBAS DESTRUÍRAM ARCABOUÇO LEGAL

Para o professor, os bombardeios foram acima de tudo uma afronta ao acordo de não-proliferação assinado em 1º de julho de 1968. “Mais do que as explosões que teriam destruído as instalações, elas destruíram o arcabouço de convivência internacional engendrado a partir dos acordos de Tratado de Westfália de 1648 e, acima de tudo, aquilo que seria uma proteção dos países sem armas nucleares que subscreveram o Tratado de Não-Proliferação, acreditando que os países detentores de armas cumpririam este acordo”, observou Ildo.

“Quando os países que detinham bombas, Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, França e China, assinam um acordo como estados nuclearizados, eles assumiram compromissos no preâmbulo do tratado, primeiro, a afirmação de que o objetivo seria a paz, segundo, que num prazo razoável, todo o mundo deveria ser desarmado nuclearmente, e todos os materiais, plutônio e urânio, enriquecido, deveriam ser colocados sob salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica”, destacou Ildo, lembrando que nada disso aconteceu.

Para o professor, os ataques de Israel não só afrontam o tratado e as leis internacionais como tinham, e têm, o objetivo de desviar a atenção do mundo sobre o grande genocídio que está sendo cometido contra o povo pa-

lestino. Ildo lembrou que os EUA foram fundamentais para que Israel tivesse acesso a armas nucleares e denunciou que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) fez declarações sem base técnica, preparando o ambiente para os ataques de Israel e dos EUA ao Irã.

SOFTWARE ESPÍO

“A AIEA aparentemente contratou o software chamado Mosaic, criado pela empresa Palantir, de amigos do Trump, inclusive, como instrumento de inteligência artificial, para orientar os ataques das Forças Armadas de Israel contra os palestinos. Uma extensão deste software de inteligência artificial aparentemente foi contratado pela Agência Internacional de Energia Atômica, que é aquela agência que deveria monitorar e certificar se o Irã não descumpriu o acordo”, denunciou Ildo Sauer. O professor Ronaldo Carmona, da Escola Superior de Guerra (ESG), também comentou os bombardeios e explicou que Israel não tem condições de atingir o programa nuclear iraniano e pediu ajuda dos EUA para fazê-lo.

Segundo Carmona, os iranianos se aproveitaram de uma formação rochosa onde suas estruturas nucleares são colocadas. “Os EUA usaram uma bomba chamada GBU-57, que é uma bomba antibunker de 14 toneladas, que foi lançada por um avião furtivo chamado Self B-2”, disse.

“Esses ataques de domingo, contudo, não lograram, segundo consta, gerar a destruição total dessas usinas nucleares iranianas, sobretudo a principal delas, que é a usina de Fordow”, afirmou Ronaldo Carmona. “A usina está a cerca de 800 metros abaixo do solo. E essa bomba, a tal da GBU-57, é uma bomba que consegue penetrar até cerca de 60 metros, então estima-se que sim, ela pode ter causado algum dano, mas de forma alguma ela conseguiu aniquilar essas usinas nucleares iranianas”,

acrescentou.

Para o professor, “não existe bomba que tenha essa capacidade de penetração, se o objetivo for a destruição dessas usinas por meio militar, não há outra solução que não o envio de tropas no terreno, ou seja, forças especiais ou algum tipo de efetivo que consiga penetrar e destruir essas usinas que estão localizadas no subterrâneo”. “Então dificilmente um ataque aéreo, por mais que os Estados Unidos em combinação com Israel utilize essas bombas antibunker, dificilmente conseguiriam a destruição total dessas usinas”, prosseguiu o professor da ESG.

TEMPOS DE BARBÁRIE

Na opinião de Ildo Sauer, “a humanidade voltou aos tempos da barbárie, onde o direito internacional não é respeitado, onde a confiança nas diplomacias e nas negociações não pode mais vigorar, porque sistematicamente instrumentos de tergiversação e de armadilhas foram criadas para levar a este contexto atual”. Ele destacou que o Brasil buscou ter um papel de protagonista, junto com a União Soviética, mas não conseguiu se impôr.

“No governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil assumiu o papel de subalternidade, desnecessariamente, assinando o Tratado de Não-Proliferação, autorizando a entrada desses mesmos fiscais e inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica, que, agora, aparentemente, usaram esse software Mosaic, desenvolvido para outros fins, como instrumento de inteligência, para orientar as ações dos inspetores. Mais, ainda, para revelar informações. Porque, veja, o papel da agência deveria ser passivo e só verificar”, lembrou Ildo Sauer.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/brasileiros-denunciam-crimes-em-bombardeios-dos-eua-ao-ira-e-questionam-sua-eficacia/>

No mês foram transferidos dos cofres públicos R\$ 92,1 bi. No ano já são R\$ 946 bilhões. Cifra maior do que o orçamento da Saúde, Educação e Assistência Social somados

O gasto do setor público consolidado (União, Estados/municípios e estatais) com juros atingiu em maio deste ano a soma de R\$ 92,1 bilhões – um aumento de 23,8% em relação ao mesmo mês de 2024 (R\$ 74,4 bilhões), segundo dados do Banco Central (BC), divulgados na segunda-feira (30).

Nos últimos 12 meses até maio, a despesa com os juros que, na prática, é uma transferência de renda do Orçamento para os bancos e detentores de títulos públicos, chegou a R\$ 946 bilhões, o equivalente a 7,8% do PIB. Essa escalada reflete o ciclo de alta da taxa Selic, iniciado pelo BC em setembro de 2024, época em que a taxa básica de juro estava em 10,5%.

“Contribuíram para essa evolução os aumentos da taxa Selic e do estoque da dívida líquida no período”, informou o BC, em seu recente relatório de “Estatísticas Fiscais”.

Hoje a Selic já se encontra em 15% e torna proibitivos os investimentos públicos e privados, enfraquece a economia e a geração de novos empregos. Tudo sob o argumento de combate à inflação e de ancorar as expectativas do “mercado”. Estas “expectativas” do mercado pressionam o governo por cortes de investimentos públicos e programas sociais. Por outro lado, não se fala nada sobre limitar os gastos com os juros, este sim o principal responsável pelo crescimento da dívida pública.

Em sua última reunião, o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC elevou a Selic em 0,25 ponto percentual, levando a taxa de 14,75% para 15% ao ano. Essa decisão, que onerará os cofres públicos em R\$ 14,2 bilhões nos próximos 12 meses, veio acompanhada

de cobranças do BC ao governo Lula por maior rigor fiscal.

A cada 1 ponto percentual a mais na Selic significa R\$ 56,8 bilhões a mais sobre a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), ao longo de 12 meses, conforme o relatório de “Estatísticas Fiscais” do BC.

Em maio deste ano, o governo registrou um déficit primário de R\$ 33,7 bilhões, que se transforma numa dívida total de R\$ 125,9 bilhões, quando se incluem os gastos para pagamento de juros.

Embora o setor público consolidado tenha apresentado um superávit primário de R\$ 24,1 bilhões em 12 meses até maio – sobre o custo de arrochar os investimentos em saúde, educação e infraestrutura, além de programas sociais –, quando incluído o peso dos juros, o déficit nominal chega a R\$ 922 bilhões (7,58% do PIB) no período.

Com o BC sobrecarregando os cofres públicos com seus juros elevados, a dívida do setor público consolidado registrou alta de 0,2 ponto percentual em abril, atingindo 76,1% do Produto Interno Bruto (PIB). “A evolução no mês foi decorrente sobretudo dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.) e da variação do PIB nominal (-0,6 p.p.)”, diz outro trecho da nota.

Vale destacar, ainda, que a inflação no Brasil segue controlada, mesmo diante das pressões recorrentes de preços administrados e de alimentos (voláteis por fatores sazonais e especulativos). Tais elementos não são influenciados pela política monetária, ou seja, não respondem a elevações da taxa de juros, o que torna a decisão do BC de permanecer com os juros altos “por período bastante prolongado” ainda mais criminosa.

Produção industrial cai 0,5% em maio, atingida pelos juros altos

Indústria de transformação recua 0,4% em relação a abril

A produção industrial nacional recuou 0,5% em maio de 2025 em relação a abril do mesmo ano (queda de – 0,2%, dado revisado de +0,1%), informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (2). Com o resultado, a atividade industrial do país está 15,0% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011, de acordo com série histórica Pesquisa Industrial Mensal (PIM).

Em maio, a produção pelas Indústrias de transformação recuou -0,4%. Em abril deste ano, o setor (que corresponde a mais de 80% da indústria geral) havia apresentado uma queda de -0,7% em sua produção. Mais sensível ao cenário de crédito, a indústria manufatureira é fortemente castigada pelo nível da taxa básica de juros (Selic), que vem sendo elevada pelo Banco Central desde setembro de 2024, época em que estava em

10,5%, e hoje já encontra-se em 15% ao ano.

Ao analisar o resultado negativo da produção industrial em maio deste ano, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) afirma que “a fração da indústria mais dependente das condições de crédito e juros e, por isso, mais impactada pelo atual ciclo de alta da taxa Selic pelo Banco Central, foi quem puxou para baixo o desempenho agregado” da indústria.

O instituto também afirma que “os dados de hoje do IBGE continuam apontando para um processo de esmorecimento da produção industrial do país”, critica. “Até o momento, em 2025 só houve avanço em março. Os demais meses foram ou de perda ou de virtual estabilidade”, alerta o IEDI.

Leia mais:



Divulgação

Esquema bolsonarista agiu contra sindicatos PF: “Abin paralela” espionou sindicalistas contrários à privatização da Eletrobrás

Relatório divulgado pela Polícia Federal sobre a “Abin paralela” revelou que o esquema criado por Bolsonaro espionava líderes sindicais da Eletrobrás que se posicionaram contra o processo de privatização da empresa. Segundo a investigação, os servidores críticos à venda da estatal eram chamados de “mais vermelhos que sangue”.

Entre os alvos da ação clandestina estavam Edvaldo Risso, diretor da Eletro-nuclear; Pedro Brito, diretor de Furnas; e Caio Brasil Neto, também servidor de Furnas, além dos dirigentes sindicais, da Associação dos Empregados de Furnas (ASEF), Felipe Araújo, Leonardo Pessoa e Victor Costa.

A espionagem teria sido feita a pedido do ex-diretor-geral da Abin e hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), considerado o principal articulador da estrutura paralela.

“O pedido foi realizado por Jair Bolsonaro para Ramagem conforme se depreende da interlocução: ‘O 01 [Ramagem] foi instado pelo 01 geral [Bolsonaro] a resolver uma questão em Furnas, pois há servidores que estão remando contra ações governamentais, em função de posicionamentos, políticos e ideológicos”, afirma a PF.

Para Felipe Araújo – também diretor de negociações do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), membro do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e da CUT – os nomes citados pela “Abin paralela” não tinham um milionésimo da capacidade econômica e da máquina que os interessados na venda da Eletrobras tinham.

“Eles tinham a empresa e o governo na mão, e ainda a Agência Brasileira de Inteligência espionando a gente. E nós, mesmo assim, trabalhadores e trabalhadoras organizados, sob ataque constante por quase uma década, conseguimos equiparar nossa força, e quase conseguimos impedir a entrega desse patrimônio. O que nós somos capazes de fazer, enquanto trabalhadores e trabalhadoras organizadas nacionalmente, em sindicatos, não conseguimos fazer pelo nosso país?”, ressalta Felipe.

O engenheiro reforça a importância da organização sindical diante das tentativas de desmobilização e ainda de intimidação dos trabalhadores. “Os trabalhadores precisam enxergar a força da organização sindical. A gente estava numa situação de um golpe ainda que não tinha sido instaurado, mas já estava acontecendo. Você imagina se continuassem no poder por mais quatro anos? O que eles não fariam? Talvez não teríamos essa conversa hoje. É uma coisa muito perturbadora. Então, é importantíssimo reafirmar a importância premente de enfrentarmos e derrotarmos essa gente que está se apropriando do poder público para poder fazer esse tipo de ação persecutória”, diz Felipe.

Segundo ele, a informação da vigilância da “Abin paralela” pegou a todos de surpresa. “É claro que a gente sabia que estava fazendo um trabalho com bastante dedicação, um trabalho militante que estava incomodando a empresa. Agora, imaginar que a gente estava a ponto de ser investigado pela Agência Brasileira de Inteligência, ainda que de forma clandestina como foi feita, aparentemente pela estrutura interna do Bolsonaro, nunca nos passou pela cabeça”, declarou.

Outro vigiado pelo esquema, Victor Costa, diretor da Associação dos Empregados de Furnas e diretor de comunicação do Sindicato dos Eletricitários do Rio de Janeiro (Sinergia-RJ) e membro da coordenação de comunicação do CNE, diz que foram pegos de surpresa pela forma nada democrática do governo Bolsonaro em lidar com a oposição a seus interesses.

“Em um estado democrático de direito é normal a gente ter opiniões diferentes. Eu posso ser contrário à privatização da Eletrobras e o governo a favor. Não tem nada demais nisso. Por isso que a espionagem nos causou grande surpresa, desapontamento e revolta”, diz Victor.

“Agora, você imagina se os casos que culminaram no ato de 8 de janeiro tivessem sido frutíferos num golpe de Estado no Brasil, como estava nos planos deles, inclusive, o de matarem o presidente da República, o vice-presidente da República e o ministro Alexandre de Moraes, segundo a imprensa. Você imagina o que iria acontecer com as pessoas que eram colocadas nessa lista da Abin?”, questionou.

“A gente não pode normalizar uma ilegalidade dentro de um Estado democrático de direito. Eu já disse isso e vou repetir sempre, é preciso ter indignação sempre que há descumprimento de lei, e num caso desse, de invasão de privacidade, é muito grave. Isso não pode ser normalizado. Então é por isso que eu digo que a gente vai fazer tudo que tiver que ser feito para que isso, que a gente tenha justiça e reparação”, completa.

Bolsonaro defendeu em ato os crimes dos EUA e Israel



Miguel Schincariol/AFP

Bolsonaro e Malafaia atacaram o STF no ato realizado na Avenida Paulista

Reduzir os juros, promover o crescimento e fazer a justiça fiscal

Em palestra realizada na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo, na sexta-feira (27), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, argumentou que **“a desigualdade tem que ser corrigida com o ajuste fiscal”**. Ele destacou que, se não for assim, “depois a desigualdade será maior”.

FISCAL

Ou seja, na opinião do ministro, as coisas só melhoram se as contas públicas estiverem equilibradas. Uma tese que não se confirmou em nenhum momento na história do Brasil e também em nenhum lugar do mundo. E o mais interessante é que o próprio ministro admitiu isso, durante a palestra. **“Historicamente, ajuste fiscal é sinônimo de supressão de direitos no Brasil”**, disse ele. É verdade. O ministro Haddad tem toda razão.

Desde Joaquim Murinho, na República Velha, passando pela ditadura antinacional implantada em 1964 e, depois, por toda a era neoliberal, ajuste fiscal é sinônimo de arrocho sobre o povo, desvios bilionários para as elites e estagnação econômica. Esses “ajustes” sempre serviram para contrair os investimentos produtivos do Estado e cortar as despesas com o povo. Tudo para desviar religiosamente os recursos públicos para os poderosos de plantão e os setores parasitários da sociedade.

Na época do café, quando o Brasil ainda era um fazendão, o mantra de que só se pode gastar o que se arrecada, era desmoralizado com a compra sistemática e bilionária, pelo governo, de quase toda a produção encaalhada de café. O latifúndio não podia ter prejuízo. O governo não tinha os recursos, mas se endividava cinicamente com os banqueiros ingleses, em nome de todo o país, para cumprir a “missão” de salvar a lavoura dos coronéis.

Já para os serviços públicos, para melhorar a vida do povo ou para industrializar o país, não havia um tostão. Aí o equilíbrio fiscal era rigoroso. Só pode gastar o que se arrecada. Não pode haver “desequilíbrio fiscal”, bradavam os produtores de café e os banqueiros, principalmente os ingleses.

Hoje o país se endivida cada vez mais para pagar juros e mais juros.

MANTRA

Durante todo o governo Fernando Henrique Cardoso o país seguiu ouvindo que era preciso cortar gastos públicos, a começar pela Previdência Social – e assim foi feito –, arrochar salários, reduzir direitos sociais e vender as estatais para “equilibrar as contas públicas”. Foram vendidas dezenas de empresas públicas, atacou-se o direito à aposentadoria, o desemprego aumentou, as indústrias fecharam e os salários foram achatados. E o que aconteceu com o país? O país se desindustrializou e as contas públicas continuaram desequilibradas.

Não há porque continuar seguindo a farsa dos financistas e os dogmas ultrapassados do neoliberalismo. Eles já comprovaram que só beneficiam os setores parasitários da sociedade. O arrocho fiscal e a política de juros altos estão arrasando a economia do país. Nenhum programa compensatório, por melhor que seja, consegue conter a deterioração social causada por esta política econômica. O “ajuste fiscal”, por mais que se diga o contrário, é sinônimo de enriquecimento cada vez maior de uma elite minúscula e o empobrecimento cada vez maior da grande maioria da população.

Desde as polêmicas de Getúlio Vargas com os próceres positivistas, no final da década de 1920, que ficou estabelecido que só se consegue um equilíbrio saudável das contas públicas com o crescimento econômico e o desenvolvimento. Foi derrotada a falsa tese dos banqueiros e produtores de café, de que só depois de sanadas as contas, poderia haver crescimento da economia.

DECADÊNCIA

Desde que essas teses esdrúxulas voltaram a ser aplicadas no Brasil, a partir do final da década de 1980, o país vem sofrendo – com pequenos lapsos de resistência – um processo de decadência econômica, de empobrecimento e desindustrialização. Direitos sociais foram abolidos, as relações de trabalho se deterioraram e a miséria explodiu.

A atual política fiscal está asfixiando o

país e o setor produtivo e propiciando que a elite possuidora de títulos públicos desviem R\$ 1 trilhão todos os anos do Orçamento da União. Essa soma gigantesca, destinada a algumas dezenas de milhares de pessoas, é maior do que os orçamentos da Educação, da Saúde e da Assistência Social somados. A ditadura fiscal, atualmente em vigor, é um mecanismo extremamente concentrador da renda. Não há justificativa em se argumentar que se não houver ajustes fiscais, haverá mais miséria. A vida mostra que é exatamente o contrário. Quanto mais ajustes fiscais, mais o país empobrece.

MUDAR

Em suma, há que se mudar com urgência os rumos da atual política econômica. O Estado precisa canalizar os seus recursos para a produção, para os serviços públicos e o crescimento. Orçamento público, estatais e bancos públicos devem puxar o conjunto a economia e não alimentar a sanha voraz da especulação financeira.

Um país com juros reais de 10%, e que transfere R\$ 1 trilhão anualmente aos bancos, inviabiliza completamente a produção e o crescimento sustentável. O máximo que se consegue nestas condições são pequenos e fugazes “voos de galinha”.

E, por mais que seja justo e necessário taxar os de cima – que pagam proporcionalmente muito menos impostos – não há elevações de impostos que resolvam a drenagem brutal de recursos para a agiotagem proporcionada pelas atuais taxas de juros. É um verdadeiro “dinheiroduto” sangrando o país. É urgente estancar essa sangria desatada.

A justiça tributária deve se feita simultaneamente com a redução drástica dos juros básicos da economia e com o crescimento da produção. Com uma política monetária mais decente e mais compatível com a produção, a capacidade de arrecadação e de investimento público se robustecem, e isso dará ao governo Lula a autoridade e a força política necessárias para realizar o crescimento e a tão necessária justiça tributária no Brasil.

SÉRGIO CRUZ

O bispo Malafaia, que financiou o ato, chamou a direita de traidora. Ela “é vagabunda e prostituta”, afirmou o pastor

Em mais um ato organizado e financiado no domingo (29) pelo pastor Silas Malafaia na avenida Paulista, em São Paulo, Jair Bolsonaro voltou a atacar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dizer que foi roubado na eleição de 2022. “Eu não esperava aquele resultado”, disse ele, depois de ouvir outros oradores que também atacaram virulentamente o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Em meio ao ato, uma multidão de jovens skatistas fez um protesto contra o comício da direita e, indignados, xingaram intensamente Jair Bolsonaro. “Ei, Bolsonaro, vai tomar no c...”, gritavam os jovens paulistas. Segundo avaliação da USP, o ato de Bolsonaro reuniu em seu auge cerca de 12 mil pessoas. Os organizadores não souberam explicar os motivos do fracasso.

Bolsonaro insistiu pela décima vez que respeitou a Constituição e, com a maior cara de pau, afirmou que as hordas que destruíram Brasília no dia 8 de janeiro de 2023, eram comandadas pela esquerda. Disse que Lula deixou Brasília e foi para Araraquara porque tudo fazia parte de um plano. “O 8 de janeiro foi orquestrado pela esquerda”, disse ele aos presentes na Paulista.

No seu discurso, Bolsonaro voltou a defender o regime de Israel, que está cometendo um verdadeiro genocídio contra a população palestina de Gaza, matando mais de 60 mil civis, na maioria mulheres e crianças. Ele apoiou também os bombardeios ilegais cometidos pela ditadura israelense e pelos EUA às instalações nucleares iranianas. Criticou o governo brasileiro por não ter apoiado a ação criminosa dos israelenses e americanos. No ato pululavam bandeiras de Israel e dos Estados Unidos.

AGU vai ao Supremo contra derrubada do decreto do IOF

A Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou na manhã da terça-feira (1) ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter a derrubada do decreto elaborado pelo governo federal que aumenta alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O ministro da AGU, Jorge Messias, informou que a ação declaratória de constitucionalidade foi apresentada após solicitação feita pelo presidente Lula com base em estudo técnico e jurídico solicitado ao órgão na semana passada.

Segundo Jorge Messias, a conclusão da AGU é que o decreto do governo federal é constitucional, válido e não poderia ter sido objeto de decreto legislativo de sustação. “A avaliação técnica dos nossos advogados foi de que a medida adotada pelo Congresso acabou por violar o princípio da separação de poderes”, explicou Messias. “Todo esforço do governo é para que possamos retomar a normalidade institucional”, acrescentou o chefe da AGU.

A AGU argumentou que o governo preza pelo diálogo saudável, republicano e transparente com o Congresso Nacional em benefício da sociedade. “Não nos restou outra alternativa senão a proposição de uma ação direta de constitucionalidade”, acrescentou, destacando que a decisão de recorrer ao STF foi comunicada, de antemão, aos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e do Senado Federal, Davi Alcolumbre. “Há espaço da política e há espaço do direito. Nesse momento, falará o direito. A política poderá chegar a arranjos próprios”, prosseguiu Messias.

De acordo com a AGU, o decreto editado pelo presidente Lula, que elevou o IOF, respeita a competência prevista na Constituição e não extrapola os limites previstos em lei, pois foi observada a alíquota máxima de 1,5% ao dia. Jorge Messias explicou que o governo e o Legislativo estão diante de uma “questão eminentemente técnica” que precisa ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal. “O conflito aqui é de entendimento, nesse caso o órgão responsável é o STF”, declarou.

Na ação, a AGU avaliou que a derrubada do decreto provocará “riscos fiscais graves ao Estado brasileiro”, pois reduzirá “consideravelmente” as estimativas de receita para o exercício de 2025 e para os anos subsequentes. O ór-

Maia uma vez o ex-presidente tentou convencer os presentes de que não tentou um golpe de Estado quando perdeu as eleições. Ele disse que “não se dá golpe sem armas”. E perguntou, “onde estavam as armas?” Respondendo, em seguida, que “não encontraram arma nenhuma”. E verdade, as Forças Armadas não aderiram ao seu golpe. O comandante do Exército, general Gomes Freire, chegou a ameaçá-lo de prisão se ele insistisse em insuflar as forças para sua trama.

O bispo Malafaia esbravejou contra o Supremo e contra os que ele chamou de traidores de Bolsonaro. Ele se referia a parlamentares e governadores que não embarcaram nas atividades criminosas de Bolsonaro, inclusive o assassinato de autoridades, caso o golpe fosse consumado. Malafaia disse que a direita “é vagabunda e prostituta”.

Tarcísio de Freitas fez um duro discurso contra o governo do presidente Lula. Ao lado de Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio atacou o governo e disse que no tempo de Bolsonaro as estatais davam lucro e agora dão prejuízo, citou os Correios, e disse que foi Bolsonaro que levou água para o Nordeste. O governador encerrou seu discurso dizendo que “o Brasil não aguenta mais o PT”.

A participação de aliados no ato deste domingo foi menor. Estavam presentes, Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo; Romeu Zema (Novo), governador de Minas Gerais; Flávio Bolsonaro (PL-RJ), senador; Rogério Marinho (PL-RN), líder da Oposição no Senado; Carlos Portinho (RJ), líder do PL no Senado; Zucco (PL-RS), líder da Oposição na Câmara; Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara; Nikolas Ferreira (PL-MG), deputado federal; Gustavo Gayer (PL-GO), deputado federal.

gão informa que, para este ano, a perda de arrecadação prevista, sem a alta do IOF, é de R\$ 12 bilhões. “Diante de tal cenário, o Executivo será obrigado a contingenciar [bloquear] despesas da mesma ordem de grandza das receitas estimadas no decreto presidencial para atender as metas [fiscais]”, acrescentou a AGU.

Além do aumento do IOF, o governo tomou outras medidas, entre elas a Medida Provisória com aumento na taxa das apostas eletrônicas, as chamadas bets, de 12% para 18%; das fintechs, de 9% para 15% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), igualando-se aos bancos tradicionais; a taxa das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), títulos que atualmente são isentos de Imposto de Renda.

Do ponto de vista político, o governo está argumentando que sua intenção é obter uma maior justiça fiscal, já que o presidente Lula considera que os mais pobres não podem ser prejudicados com cortes orçamentários em programas sociais.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, reforçou, durante palestra no 17th Annual

Tarcísio defende despejo de esgoto no Rio Tietê pela privatizada Sabesp

Segundo governador privatista, lançamento de 216 milhões de litros de esgoto bruto no Rio Tietê não passou de um “efeito colateral necessário”

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) confirmou que esgoto bruto foi despejado diretamente no rio pela Sabesp, com o aval do governo estadual, e classificou a ação como um “efeito colateral horrível, mas necessário”. A manobra emergencial, realizada entre as pistas da Marginal Tietê na última sexta-feira (27), teve como justificativa a necessidade de reparos em uma tubulação rompida a 18 metros de profundidade.

“Foi uma manobra para garantir a segurança dos trabalhadores que precisavam acessar e fazer o reparo, senão poderíamos ter uma consequência dramática”, afirmou Tarcísio durante um evento em Americana. Ele reforçou: “É óbvio que é algo que precisa ser feito com a maior brevidade. É um efeito colateral horrível, mas que está se procurando resolver”.

Segundo a Sabesp, que foi privatizada por Tarcísio em 2024, a medida foi necessária para esvaziar um interceptor — canalização de grande porte com mais de três metros de diâmetro — responsável por transportar o esgoto de diversos bairros da zona norte da capital (como Vila Maria, Santana, Mandaquí, Tremembé, Freguesia do Ó e Brasilândia) até a estação de tratamento em Barueri. Com o rompimento da estrutura, o fluxo foi interrompido e a solução adotada foi o bombeamento dos dejetos para o Córrego Mandaquí, que deságua a poucos metros no Rio Tietê.

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), responsável pelo monitoramento ambiental, disse que não foi avisada previamente sobre o despejo de esgoto — apenas da existência de obras emergenciais. Após vistoria realizada na sexta-feira, o órgão identificou o lançamento e notificou a Sabesp, dando à companhia um prazo de 72 horas para apresentar alternativas técnicas à operação. Uma nova vistoria está prevista.

Segundo o engenheiro Amauri Pollachi, que trabalhou por três décadas na própria Sabesp, o volume de esgoto lançado no rio chega a impressionantes 216 milhões de litros por dia, o equivalente a 86 piscinas olímpicas. “É esgoto puro, que está sendo retirado da tubulação que rompeu. É uma quantidade enorme: algo equivalente a 86 piscinas olímpicas por dia. Dá para ver claramente uma mancha entrando no rio. Isso pode ser caracterizado como crime ambiental”, alertou Pollachi.

Para o engenheiro, a decisão da companhia — respaldada pelo governo — foi precipitada e tecnicamente evitável. “Seria viável que a Sabesp fizesse uma tubulação em paralelo para eliminar essa que está colapsada e instalar

uma nova tubulação”, sugeriu. A Sabesp, por sua vez, reiterou em nota que “para realizar o diagnóstico e reparo da rede subterrânea na Marginal Tietê, profissionais precisarão entrar na tubulação. Para que isso seja feito com total segurança, foi preciso direcionar o fluxo de esgoto para outras estruturas, a fim de esvaziar a tubulação naquele trecho. Essa é a única alternativa técnica viável para a execução das obras no local”.

O problema, no entanto, não é novo. A mesma área já havia sofrido com um colapso estrutural em abril deste ano, quando uma cratera se abriu na Marginal Tietê, a 400 metros da Ponte Atilio Fontana, bloqueando a saída para a Rodovia dos Bandeirantes. A época, a Sabesp atribuiu o incidente a falhas em uma tampa da rede de esgoto agravadas pelas chuvas e pela instabilidade do solo. Mesmo após reparos, a estrutura voltou a ceder, revelando fragilidade crônica da rede de saneamento na região.

Para Cesar Pegoraro, educador ambiental e mobilizador da ONG SOS Mata Atlântica, o lançamento de esgoto no Tietê compromete décadas de esforços de despoluição. “A gente entende que foi um acidente, uma operação, contudo há uma perda bastante expressiva em todo um trabalho feito em prol da despoluição do Rio Tietê que já tem mais de três décadas”, afirmou. Segundo ele, a consequência imediata do despejo é o aumento da matéria orgânica na água, o que desencadeia reações químicas e biológicas que degradam rapidamente a qualidade do rio.

“A gente passa a ter uma ação das bactérias que vão fazer o consumo dessa matéria orgânica. Esse consumo vai gerar gás metano, ou seja, o rio vai perder a sua cor. Vai ficar escurecido, começar a fermentar, produzir gases e ficar com coloração ruim”, explicou Pegoraro.

Apesar da gravidade ambiental, o governo estadual insiste na narrativa de que não havia outra saída, tratando a poluição como um custo necessário para garantir a segurança da obra. Especialistas, no entanto, apontam que a decisão revela despreparo e negligência ambiental por parte da gestão pública — além de uma preocupação tentativa de normalizar ações que ferem frontalmente a legislação ambiental.

O Rio Tietê, que há décadas é foco de campanhas de revitalização, vê mais um retrocesso em sua longa e sofrida trajetória. A falta de transparência, o desprezo técnico por soluções menos danosas e a banalização do dano ambiental tornam o episódio ainda mais grave.

Justiça do Paraná obriga governo Ratinho Jr. a reabrir turmas do ensino noturno

Em uma importante vitória dos movimentos que atuam contra o desmonte da educação pública, o Tribunal de Justiça do Paraná determinou que a gestão Ratinho Jr. (PSD) reabra, a partir de 2026, as turmas de ensino médio noturno regular na cidade de Moreira Sales, no Centro Ocidental do estado.

A decisão, fruto de uma ação movida pela 2ª Promotoria de Justiça de Goioerê, reconhece o direito de adolescentes e jovens trabalhadores ao acesso à escola. O Ministério Público do Paraná (MPPR) mostrou que o fechamento das turmas noturnas levou à evasão escolar e impediu que dezenas de estudantes pudessem continuar seus estudos. “A falta de interação social pode levar ao isolamento, afetando o bem-estar emocional e a motivação do aluno.

Mesmo com o problema sendo denunciado há tempos, o governo Ratinho Jr. (PSD) ignorou as recomendações do MP. Só depois de recorrer à Justiça, o órgão conseguiu o reconhecimento de que impedir o funcionamento das turmas noturnas é uma afronta à Constituição, ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

“A falta de acesso à internet e a equipamentos adequados pode aprofundar a desigualdade educacional, excluindo alunos de baixa renda e de áreas re-

motas”, disse a diretora do APP-Sindicato, entidade que representa os profissionais da educação no Estado do PR, Margleyse dos Santos. Além disso, “a falta de interação social pode levar ao isolamento, afetando o bem-estar emocional e a motivação do aluno”, continuou a professora. “A substituição da educação presencial pode levar a desvalorização do trabalho docente”, completou.

A decisão obriga o Estado a apresentar um plano de reabertura das turmas, embora ainda caiba recurso.

O que acontece no Paraná não é um caso isolado. Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), aliado de Jair Bolsonaro, segue à risca a cartilha neoliberal de corte de direitos e precarização dos serviços públicos. Sob o pretexto de “reorganizar” a rede estadual, Tarcísio tem fechado diversas turmas do ensino noturno, atingindo justamente quem mais precisa: os jovens que trabalham de dia e só têm o período da noite para estudar.

“Não por acaso, o idealizador das plataformas digitais no ensino público paranaense, Renato Feder – ex-secretário de Educação do Paraná – hoje ocupa o mesmo cargo em São Paulo, onde tenta aplicar a mesma receita que já causou graves impactos, inclusive a morte de duas professoras na rede estadual.



Reprodução

Enquanto Tarcísio fazia discursos sob o manto da bandeira do Estado

Aneel premia Enel, a rainha dos apagões em São Paulo, com aumento de 13,94% na conta de luz

Apesar de protagonizar sucessivos apagões que deixaram milhões de paulistas sem energia nos últimos anos, a Enel São Paulo recebeu autorização da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para aplicar um aumento de 13,94% nas contas de luz a partir desta sexta-feira (4). O reajuste afeta consumidores já penalizados por serviços instáveis, interrupções prolongadas e falta de resposta eficiente da empresa.

Para residências atendidas em baixa tensão, o acréscimo será de 13,26%. Já para consumidores de alta tensão, como indústrias e grandes comércios, o reajuste será ainda mais salgado: 15,77%. Segundo a agência reguladora, os principais responsáveis por essa alta foram “os encargos setoriais, com efeito de 6,44% sobre o índice de reajuste, e a retirada de componentes financeiros que foram contabilizados no reajuste anterior, com impacto de 7,97%”.

A Enel São Paulo atende 8 milhões de



Agência Brasil

Entre novembro e dezembro de 2023, Enel manteve consumidores da capital paulista sem energia por mais de 15 dias

unidades consumidoras na capital e região metropolitana e tem um faturamento anual de R\$ 22 bilhões. Mesmo com esse porte e lucro, a empresa não foi capaz de evitar os grandes apagões de 2023, quando milhões ficaram dias no escuro após chuvas em novembro e dezembro. Moradores ficaram sem luz por mais de 15 dias, e o atendimento da empresa foi amplamente criticado por falta de preparo e agilidade.

Em 2023, houve um au-

mento de 28% nas ocorrências de interrupção de energia elétrica na área de atuação da Enel em São Paulo, com um total de 284.706 casos.

BANDEIRA VERMELHA

A população continua sendo penalizada: além do reajuste médio de quase 14%, “manterá a conta de luz na bandeira vermelha patamar 1, o que representa um acréscimo de R\$ 4,46 a cada 100 kWh consumidos”.

Trabalhadores da Fiocruz defendem total ruptura da cooperação científica com o regime genocida de Israel

Trabalhadores da Fiocruz redigiram um manifesto em que cobram do governo brasileiro a ruptura da cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Israel. Cerca de 400 trabalhadores, pesquisadores e acadêmicos que fazem parte da Fiocruz assinaram uma declaração nesta quinta-feira fazendo um apelo para que o Brasil suspenda qualquer tipo de cooperação que possa existir com Israel no campo das ciências, pesquisas ou tecnologia.

“Afirmamos, por meio deste manifesto, que estamos do lado das vítimas, tanto daquelas que ainda podem ser salvas quanto das que se foram e precisam ter sua memória preservada. Estar do lado das vítimas da opressão é estar ao lado da justiça e da verdade”, afirma o documento dos trabalhadores da Fiocruz.

A proposta é uma reação aos ataques do governo de Benjamin Netanyahu, qualificado como genocídio contra o povo palestino em Gaza, em especial diante da destruição e ataques contra hospitais, ambulâncias e médicos.

“Como profissionais e cidadãos comprometidos com o direito universal à saúde e à vida, defendemos a ruptura com o regime genocida de Israel. Declarações de condenação por parte das lideranças mundiais importam, mas não são capazes de parar o genocídio. Viemos nos juntar àqueles que cobram ações concretas”, dizem.

Os trabalhadores afirmam que se somam a uma ampla campanha internacional que exige boicote, desinvestimento e sanções (BDS). “Conclamamos o governo brasileiro a romper relações econômicas e diplomáticas com o Estado de Israel, incluindo a cooperação com as forças militares

e policiais brasileiras e o fornecimento de combustível a Israel”, afirmam.

“Defendemos também que instituições de ciência brasileiras, como a Fiocruz, interrompam qualquer relação de cooperação e intercâmbio científico, tecnológico e acadêmico com instituições congêneres de Israel, pois são parte da maquinaria do colonialismo e do genocídio”, sugerem.

O grupo lembra que o “isolamento diplomático, econômico, comercial, científico, tecnológico e esportivo foi fundamental para a queda do apartheid sul-africano”. “Exigimos o mesmo tratamento para o apartheid israelense. A solidariedade ao povo palestino é uma causa e uma luta internacionalista, anticolonial, feminista e antirracista”, destacam.

O manifesto denuncia que os bombardeios às unidades de saúde e os assassinatos e prisões de profissionais de saúde expressam, de forma clara e contundente, as violações e privações ao direito fundamental à saúde praticadas pelas forças de Israel e são parte inseparável do projeto genocida que está sendo executado.

“Após um ano, a Organização Healthcare Workers Watch confirmou a morte em Gaza de 1.200 trabalhadores em saúde, e de 384 detidos ilegalmente pelas forças de ocupação de Israel. Segundo depoimentos, houve tortura sistemática e tratamento desumano nas prisões. Foram mortos ou presos cerca de 1/4 dos médicos experientes”, aponta o documento.

“O uso de tecnologias de repressão permanente nos territórios invadidos e ocupados faz da tragédia palestina um laboratório de testagem de

equipamentos militares, armamento e táticas de controle e extermínio populacional, que são exportados para forças militares como as polícias brasileiras, que frequentemente reproduzem formas de violência comparáveis, especialmente contra as populações pobres, negras e indígenas nas favelas, nas periferias, no campo e nas florestas”, apontam.

“O governo de índole neozionista de Israel é um fora da lei internacional que aterroriza o Oriente Médio. Na Palestina, executa dois crimes simultâneos contra a humanidade: limpeza étnica para a usurpação de territórios e genocídio contra o povo palestino. Se nada interromper essa barbárie, não restará mais população palestina em Gaza”, continuam.

O documento afirma que é preciso continuar a pressão sobre Israel, e seus principais apoiadores – EUA, Reino Unido e os países da União Europeia. “Uma resistência internacional solidária pode mudar o rumo desse massacre”, diz o documento.

Lembrando dos horrores do holocausto, perpetrados pela Alemanha nazista, os trabalhadores afirmam se tratar de uma questão moral e, mais que isso, de humanidade defender a vida do povo palestino.

“Mais do que nunca, é urgente agir. Os massacres e a usurpação das terras palestinas, que ocorrem há mais de 70 anos, atingem agora um ponto de inflexão gravíssimo rumo a uma ‘solução final’, a tentativa de eliminação do povo palestino em Gaza. O que ocorre hoje em Gaza e nos territórios ocupados já vem sendo considerado a maior tragédia do século XXI, ‘um teste moral decisivo para a humanidade’”, alertam.



Luara Baggi/

Objetivo visa ampliar a soberania tecnológica dos países membros

BRICS celebra 10 anos de cooperação em CT&I com proposta de cabo de conexão submarino

Os BRICS celebram uma década de cooperação estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), com o anúncio de novas adesões ao seu protocolo de entendimento, a apresentação do Plano de Ação para Inovação 2025–2030 e uma proposta inédita de conexão digital independente: a construção de um cabo submarino do Sul Global, nesta quarta-feira (25). A iniciativa foi discutida durante a 13ª Reunião de Ministros de CTI, realizada no Palácio Itamaraty sob a liderança do Brasil, que ocupa a presidência do bloco neste ano.

Durante o encontro, representantes dos 11 países membros — incluindo os mais recentes integrantes, como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã — e de nações parceiras, como Cuba, Nigéria e Tailândia, saudaram o início do processo de adesão ao Memorando de Entendimento (MdE) de CTI do BRICS, firmado originalmente em 2015.

A ministra brasileira da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, reforçou a importância do momento: “A nossa atual arquitetura de governança do BRICS para ciência, tecnologia e inovação, é certamente a mais extensa e dinâmica de todas as cooperações desse agrupamento, é um espelho do que somos e do que queremos”.

Além do balanço dos avanços, o evento também sinalizou uma mudança de escala na cooperação internacional com a proposta de um projeto estratégico: a criação de uma infraestrutura digital própria para o Sul Global.

“A infraestrutura de cabos submarinos por onde circulam os dados está fortemente concentrada no Norte Global. Por isso, uma das propostas que constará na carta é justamente a realização de um estudo de viabilidade para a implementação de um cabo submarino do Sul Global”, explicou Luciana Santos.

A proposta mira ampliar a soberania tecnológica dos países em desenvolvimento e reduzir a dependência das grandes potências do hemisfério norte. O sistema será voltado para pesquisa, inovação e uso produtivo, ligando diretamente redes de universidades e centros de desenvolvimento dos países BRICS.

A ministra destacou que, no contexto de transformações geopolíticas e tecnológicas, o domínio de dados é crucial para a soberania dos países: “O maior desafio hoje é a corrida pelo domínio tecnológico. E, para isso, nós precisamos, e muito, de dados. Vivemos em um contexto em que a revolução tecnológica depende fortemente da nossa capacidade de acesso e uso de dados para a tomada de decisões”.

PLANO BRICS 2025-2030

O Plano de Ação para Inovação do BRICS 2025–2030, aprovado pelos países-membros, estabelece como foco as tecnologias emergentes, como inteligência artificial e tecnologias quânticas, além de inovação industrial,



Palestinos feridos no hospital Nasser
Chega a 580 o número de palestinos assassinados na “armadilha mortal” em Gaza

Já são 580 os palestinos mortos na Faixa de Gaza na “armadilha mortal”, como estão sendo chamados os ataques a moradores que ocorrem aos centros de distribuição de alimentos, que são quatro depois de 90 dias de cerco nos quais faltaram alimentos básicos e água a uma população de mais de 2 milhões.

33 palestinos morreram em 30 de junho na distribuição de alimentos administrada por uma firma norte-americana e sob a presença assassina da tropas de Netanyahu.

Antes da agressão israelense, em outubro de 2023, eram quatrocentos centros de distribuição administrados pela UNRWA (Agência da ONU de apoio aos refugiados palestinos). Agora, além de terem criado apenas quatro (sob uma pressão mundial) as tropas fascistas atiram com tanques e rifles sobre os que chegam às multidões para estes centros.

Além dos 580 palestinos assassinados desta forma bárbara, o número de palestinos feridos já chega a 4.216 e há ainda 39 desaparecidos, até este domingo (29).

As autoridades palestinas em Gaza responsabilizam Israel, bem como “os Estados envolvidos no genocídio da população da Faixa de Gaza, principalmente os EUA, o Reino Unido, a França e a Alemanha” pelas mortes desses civis, afirma o comunicado.

ALTOS MANDOS MILITARES

No início de junho, o jornal israelense Haaretz noticiou, citando soldados anônimos do exército de Netanyahu que estavam na Faixa de Gaza, que oficiais israelenses haviam recebido ordens para atirar deliberadamente contra palestinos desarmados perto de locais de distribuição de ajuda humanitária durante o mês anterior.

Atropelando e desconhecendo toda a legislação internacional, Israel se recusou a permitir a atuação da Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA na sigla em inglês). No final de outubro de 2024, o parlamento israelense aprovou projetos de lei que visam proibir as atividades da UNRWA em Israel e nos territórios que controla, após acusar alguns funcionários da agência de envolvimento com o Hamas, sem nenhuma comprovação.

As Nações Unidas já afirmaram que Israel não apresentou nenhuma evidência para fundamentar suas alegações. A lei que proíbe as atividades da UNRWA entrou em vigor no dia 30 de janeiro.

MORADORES SÃO DESLOCADOS

Em um dos incidentes mais graves desta segunda-feira (30), Israel lançou um novo ataque ao Hospital dos Mártires de Al-Aqsa, no centro de Gaza, atingindo uma tenda contendo deslocados internos dentro do hospital, causando muitos feridos.

Segundo informes, este foi o décimo segundo ataque a esta mesma instalação desde 7 de outubro de 2023. A assessoria de imprensa de Gaza denunciou a política sistemática de destruição da infraestrutura de saúde.

Organizações de direitos humanos ouvidas pela UNRWA documentaram 256 ataques a centros de deslocados improvisados (em escolas e hospitais), onde mais de 700.000 civis buscam refúgio. Em junho, pelo menos 11 escolas-abrigo foram destruídas por bombardeios israelenses.

E não fica por aí. Moradores em bairros da Cidade de Gaza e Jabalia foram obrigados a se deslocarem para o sul, em direção à área costeira de al-Mawasi, enquanto as operações militares israelenses se intensificam e se expandem para o oeste, segundo Alex Boyd, da BBC.

Pelo menos 86 pessoas foram mortas em consequência dos ataques israelenses nas 24 horas anteriores ao meio-dia deste domingo (29/6), informou o Ministério da Saúde da Palestina.

Três crianças estavam entre as vítimas em um ataque à chamada “zona segura” de al-Mawasi, disseram seus pais.

APELO À COMUNIDADE INTERNACIONAL

O presidente do Conselho Nacional Palestino, Rouhi Fattouh, fez apelo urgente à comunidade internacional, na segunda-feira (30), pedindo uma intervenção urgente para acabar com o derramamento de sangue em curso na Faixa de Gaza, descrevendo a situação como um ato planejado de genocídio com o objetivo de eliminar o maior número possível de palestinos.

Fattouh enfatizou que esses crimes recorrentes e impunes constituem crimes de guerra e crimes contra a humanidade e não podem ser justificados por quaisquer motivos militares ou de segurança.

Instou ainda à comunidade internacional que aja imediatamente para fornecer proteção ao povo palestino, particularmente em Gaza, que vem sofrendo há meses com bombardeios, fome e deslocamento forçado.

Além disso, o líder palestino propôs que a mídia livre assuma sua responsabilidade, revelando a verdade no local e desmascarando a propaganda israelense, que apresenta as vítimas como agressoras por meio da manipulação sistemática dos fatos.

Fontes médicas informaram nesta segunda-feira que número de mortos pelo genocídio e agressão pelas forças de ocupação israelenses contra a Faixa de Gaza chegou a 56.531 e 133.642 feridos desde 7 de outubro de 2023. E destacaram que as equipes de resgate e da Defesa Civil estão enfrentando enormes dificuldades para chegar às vítimas, com muitas ainda sob os escombros, nas ruas ou em áreas de difícil acesso.

Israel já executou 228 jornalistas em Gaza e declara censura à imprensa



Sultan, correspondente da Autoridade Nacional Palestina, ferida

52 federações sindicais exigem “fim imediato do genocídio israelense contra o povo palestino”

“A destruição em Gaza atingiu níveis inimagináveis, com bairros inteiros sendo destruídos e trabalhadores mortos simplesmente por tentarem sobreviver. O que está acontecendo não é apenas uma guerra, mas um genocídio sistemático que visa a existência de um povo inteiro”, condenou Shaher Saad, secretário-geral da Federação Geral de Sindicatos da Palestina (PGFTU), na declaração internacional respaldada com a presença de mais de 52 federações e confederações sindicais internacionais reunidas em Ramallah.



Milhares nas ruas de São Paulo em defesa da Palestina

Conforme as entidades, se faz necessário cessar-fogo imediato da agressão israelense contra Faixa de Gaza e do criminoso bloqueio, bem como o total apoio aos direitos dos trabalhadores palestinos, com 56.530 palestinos mortos, mais de 130 mil feridos – milhares mutilados – e um sem número de desaparecidos sob os escombros desde a agressão de outubro de 2023.

Saad agradeceu, no encontro em Ramallah nesta segunda, dia 30, a “um raro documento de solidariedade, expressando a consciência viva do movimento sindical global”, enfatizando que a agressão em curso resultou na perda dos meios de subsistência de mais de 507.000 trabalhadores palestinos, em uma catástrofe humanitária e econômica considerada uma das mais terríveis em décadas.

Também pediram o fim do uso do cerco e da fome como armas de guerra, o levantamento das restrições a bens essenciais, suprimentos médicos e combustível, indenização para as comunidades afetadas, a reconstrução acelerada de Gaza e a libertação de todos os detidos e prisioneiros.

A declaração responsabiliza totalmente a ocupação israelense pelos inúmeros crimes cometidos, exigindo um cessar-fogo imediato e abrangente, a abertura permanente de travessias, a facilitação da entrada irrestrita de ajuda humanitária e médica e a suspensão das exportações de armas para Israel. Além disso, as entidades condenam o uso de bloqueios e da fome como armas de guerra, exigindo o levantamento das restrições a bens essenciais, suprimentos médicos e combustível, indenização aos afetados, a aceleração da reconstrução de Gaza e a libertação de todos os detidos e reféns.

As lideranças sindicais alertam para a necessidade de respeitar o direito internacional e as resoluções do Conselho de Segurança, de apoiar o estabelecimento de um Estado palestino independente dentro das fronteiras de 1967, com Jerusalém Oriental como capital, e de rejeitar políticas de assentamentos e anexações que minam as perspectivas de paz.

SINDICALISTAS REPUDIAM

Além disso, as entidades enfatizam que os trabalhadores da Cisjordânia enfrentam crescentes ataques dos colonos judeus por confiscos, discriminação e humilhação diária, chamando esses atos de “apartheid e limpeza étnica realizados sem responsabilização internacional”.

Concluindo sua declaração, Shaher Saad conclamou os sindicatos de todo o mundo para que “intensifiquem suas ações e pressionem os governos, e expandam as campanhas internacionais de solidariedade para defender o direito do povo palestino à vida, à dignidade e ao trabalho, levando ao estabelecimento de seu estado independente e seu direito à autodeterminação”.

Entre outros, a lista de signatários do manifesto sindical inclui as seguintes entidades: Central Única dos Trabalhadores (CUT) e União Geral dos Trabalhadores (UGT), do Brasil; CGT e CTA – Argentina; UGTT – Tunísia; UMT e UGTM – Marrocos; CGIL – Itália, CFDT, CGT e FO – França; CCOO e UGT – Espanha; LO – Noruega; KCTU – Coreia do Sul; Cosatu – África do Sul. Também se somam no documento, as federações de países árabes e muçulmanos, a exemplo da Palestina, Iraque, Iêmen, Líbano, Maurítânia, Turquia, Jordânia, Argélia, Líbia, Omã, Kuwait, Bahrein aos quais aderem entidades de outros países africanos e latino-americanos.

Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) expressa “preocupação com a onda de ataques impondo silêncio à imprensa, que priva o mundo de uma visão clara e sem filtros da realidade que se desenrola”

Além de executar 228 trabalhadores de comunicação na Faixa de Gaza desde 7 de outubro de 2023, quando invadiu a Faixa, as tropas israelenses estão empenhadas em silenciar o conjunto da imprensa com uma “perturbadora onda de ataques”, condenam as entidades do setor.

Nesta segunda-feira (30) foi morto o fotojornalista e cineasta Ismail Abu Hatab – que havia feito recentemente uma exposição em Nova Iorque – e ferida a jornalista Abu Sultan, correspondente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) na região, em um ataque que teve como alvo o café Al-Baqa. A maioria das pessoas era composta de jovens estudantes universitários que frequentavam o local para se conectar à Internet e relatar ao mundo a gravidade da situação.

De acordo com o diretor do hospital Al Shifa, Mohamed Abu Selmiyeh, o banho de sangue é indescritível, pois a rede hospitalar de Gaza encontra-se devastada pelos bombardeios israelenses. “O Al Shifa já estava sobrecarregado com casos antes mesmo deste grande ataque onde 21 pessoas foram mortas. Agora temos mais de 50 feridas, 25 delas em estado crítico”, lamentou.

Com sede nos EUA, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) denunciou que existem diretrizes emitidas pelo governo de Israel para que a mídia internacional feche o cerco, obrigando os profissionais a passarem por censura militar prévia antes da transmissão de qualquer informação das zonas de combate ou das áreas alvejadas pelas forças fascistas de Israel.

“Silenciar a imprensa priva o mundo de uma visão clara e sem filtros da realidade que se desenrola”, afirmou Sara Qudah, diretora regional do CPJ, para quem as medidas adotadas representam “esforços crescentes para suprimir a liberdade de imprensa por meio da censura e da intimidação”.

A Federação Internacional de Jornalistas também rechaçou a “perturbadora onda de ataques contra jornalistas palestinos e israelenses”, frisando que representa um ataque à liberdade de imprensa, que precisa ser defendida.

Para a Associação de Imprensa Estrangeira, esta é uma “proibição sem precedentes”,

que ao “prejudicar gravemente a imprensa independente” dá o aval para que os militares atuem de forma impune.

No dia 18 de junho as forças fascistas de Israel emitiram uma ordem exigindo que qualquer pessoa que transmitisse as consequências dos ataques iranianos a instalações militares israelenses obtivesse aprovação prévia do exército. A ordem se estendeu a indivíduos que publicassem em contas de mídia social. Logo depois os ministros da Comunicação, Shlomo Karhi, e o de Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, informaram a imprensa estrangeira por e-mail que toda cobertura ao vivo e gravada deveria ter prévia aprovação por escrito dos censores militares. A transmissão de informações de localização ou descritivas sem autorização militar passa a ser considerada como um crime, com a polícia autorizada confiscar equipamentos, revogar credenciais e até prender jornalistas e fotógrafos que violassem essas regras.

Intúmeros relatórios independentes assinalam que tais medidas de “segurança” foram adotadas por Israel, com invasões a locais onde jornalistas se reúnem para aplicar o cala a boca. Um dos ocorridos recentemente foi num hotel em Haifa, onde jornalistas palestinos cobriam ataques. A polícia israelense chegou a documentar a si mesma obstruindo a visão das câmeras, e essas imagens foram posteriormente divulgadas.

O escritório de comunicação do governo palestino voltou a rechaçar “o assassinato sistemático de repórteres palestinos em Gaza por Israel” e apelou às instituições de direitos humanos e de comunicação social para que “condenem estes crimes sistemáticos contra jornalistas de Gaza”.

A força fascista israelense continua com sua ofensiva covarde em Gaza desde 7 de outubro de 2023, onde já matou mais de 56.500 palestinos até agora, a maioria mulheres e crianças.

O Tribunal Penal Internacional emitiu mandados de prisão em novembro passado para o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e seu ex-ministro da “Defesa” Yoav Gallant por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Israel também enfrenta um caso de genocídio no Tribunal Internacional de Justiça por seu massacre em Gaza.

Trabalhadores agrícolas somem nos EUA diante da perseguição de Trump aos imigrantes

A política de deportações em massa do governo americano mostrou-se ser um verdadeiro tiro no pé quando a produção agrícola dos EUA foi interrompida e colheitas inteiras estão apodrecendo por não haver mais trabalhadores suficientes, na maioria imigrantes ilegais, para fazer as colheitas.

Estados como a Califórnia, Pensilvânia e o Texas estão tendo problemas de falta de trabalhadores rurais. Uma indústria que gera bilhões de dólares anualmente para os EUA, eles se acomodaram a explorar uma força de trabalho de imigrantes ilegais que possuem poucos direitos e recebem baixos salários.

Representantes da indústria e fazendeiros relataram que até 70% de seus trabalhadores, assustados com as deportações, pararam de se apresentar ao trabalho, deixando grandes perdas financeiras para as indústrias do plantio, processamento de alimentos, dos frigoríficos e empacotamento de alimentos.

“Se 70% de sua força de trabalho não aparecer, 70% de sua safra não será colhida e pode estragar em um dia. A maioria dos americanos não quer fazer esse trabalho. A maioria dos agricultores aqui mal consegue empatar. Temo que isso tenha criado um ponto de inflexão em que muitos irão à falência,” disse Lisa Tate, fazendeira do condado de Ventura, na Califórnia.

Os americanos, apesar de sua xenofobia contra imigrantes, na maioria vindos de países latinos, se tornaram completamente dependentes dessa força de trabalho manual composta em

grande parte na exploração de trabalhadores em situação ilegal para manter suas indústrias funcionando.

Pressionado pelo desastre que sua política de deportações em massa causou, o presidente americano Donald Trump está agora defendendo dar um “passe temporário” para trabalhadores ilegais, para evitar o aprofundamento da crise que causou.

“É um problema. Você sabe, eu estou em ambos os lados da coisa. Eu sou o cara de imigração mais forte que já existiu, mas também sou o fazendeiro mais forte que já existiu, e isso inclui também hotéis e, você sabe, lugares onde as pessoas trabalham, um certo grupo de pessoas trabalha”, disse o presidente americano.

“Estamos trabalhando nisso agora. Vamos trabalhar para que, algum tipo de passe temporário, onde as pessoas paguem impostos, onde o agricultor possa ter um pouco de controle em vez de você entrar e levar todo mundo embora,” disse Trump e acrescentou que “os criminosos estão saindo deste país”.

Mesmo diante da possibilidade de uma profunda crise econômica e o colapso da agricultura e indústria americana, ele continua a ver o trabalhador imigrante, aquele que sai de seu país de origem em busca de emprego nos EUA como um criminoso imundo que deve ser perseguido a todo custo. Uma visão compartilhada pela maioria de seus eleitores incluindo fazendeiros e empresários que dependem dessa força de trabalho.

Candidato progressista vence as primárias democratas para prefeito de Nova Iorque

O candidato socialista, Zohran Mamdani, venceu – nas primárias democratas – o veterano adversário Andrew Cuomo, que já governou o Estado de Nova Iorque e contou com o apoio de lideranças do partido, a exemplo de Hillary Clinton, e é o provável candidato do partido nas eleições de novembro deste ano para prefeito dos nova-iorquinos.

Com um contingente de 22.000 apoiadores, a maioria jovens, Mamdani ficou com 43,5%, 432.000 votos, enquanto o segundo colocado, Cuomo, obteve 36,4%, 361.800 votos, na primeira rodada.

A vitória de Mamdani, que contou com doações individuais e organizações populares, desmentiu as pesquisas que apontavam o ex-governador como provável vencedor.

Zohran Mamdani, deputado estadual pelo Estado de Nova Iorque, tem 33 anos, é muçulmano, filho de pai ugandense e mãe Indiana, foi consagrado quando Cuomo o pronunciou vitorioso e, portanto, não estará mais con-



O candidato Zohran Mamdani em campanha

correndo na próxima rodada. Isso significa que as chances de Nova Iorque ter como prefeito um muçulmano como prefeito são agora bastante grandes.

Enquanto os votos apresentavam sua vitória nas urnas, Mamdani invocou Mandela e o citou: “Sempre parece impossível até que é realizado e está realizado”.

“Meus amigos, está realizado”, prosseguiu, “e vocês são os que o fizeram. Me sinto honrado de ser nomeado seu candidato a prefeito da cidade

de Nova Iorque”, afirmou.

Cuomo, ao declarar vitorioso seu jovem oponente, declarou em um evento próximo ao local onde eram contados os votos, em Manhattan: “Esta é a noite do deputado Mamdani, que fez uma grande campanha”.

“Ele tocou o coração dos jovens e os inspirou e fez com que eles saíssem para votar. Comandou uma campanha de grande impacto”, completou Cuomo.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Países da Otan vão torrar 5% do PIB com armas, mais do que investem em escolas

A elevação dos gastos militares dos países integrantes da Otan para 5% do PIB, aprovada sob ordens de Trump na recém realizada cúpula da agressiva aliança, vem sendo questionada no mundo inteiro, não apenas pela Rússia e China, indistigáveis alvos dessa reiteração da carreira armamentista, mas no Sul Global e até mesmo em países europeus e nos próprios EUA.

O que significa mais que dobrar a atual meta de 2% do PIB em gastos militares e, em grande parte dos casos, triplicar. Uma meta ainda mais esdrúxula na medida em que os gastos da Otan – sem esse aumento – já são 55% dos gastos militares totais do planeta.

Decisão que a mais respeitada liderança pacifista norte-americana, Medea Benjamin, fundadora da Code Pink, chamou de “obscena”. Como ela destacou, a meta de 5% é tão fora de escala que até mesmo os Estados Unidos “que já gastam mais de 1 trilhão de dólares por ano nas suas forças armadas — não alcançam”.

“Isto não é defesa; é extorsão em escala global, promovida por um presidente que vê a diplomacia como uma extorsão e a guerra como um bom negócio”, ela denunciou.

“Atualmente, nenhum país da Otan gasta mais com as forças armadas do que com saúde ou educação. Mas se todos atingirem a nova meta de 5% de gastos militares, 21 deles [dois terços] gastariam mais em armas do que em escolas”.

Ela observou que a expansão da Otan “não trouxe paz” e, pelo contrário, foi um dos gatilhos da guerra na Ucrânia. E que em Gaza, Israel “continua a sua guerra apoiada pelos EUA com impunidade, enquanto as nações da Otan enviam mais armas”. “Agora, a aliança quer drenar os cofres públicos para sustentar essas guerras indefinidamente” e a Otan cerca seus adversários com “mais bases e tropas”.

“Enquanto o mundo queima — literalmente — a OTAN está estocando lenha. Quando sistemas de saúde estão desmoronando, escolas subfinanciadas e temperaturas escaldantes fazendo grandes extensões do planeta inabitável, a ideia de que os governos deveriam comprometer bilhões a mais em armas e guerras é obscena”.

“Precisamos inverter o roteiro. Isso significa cortar orçamentos militares, abandonar guerras intermináveis e iniciar uma conversa séria sobre o desmantelamento da OTAN”.

“OTAN NA ÁSIA-PACÍFICO”

Sobre essa escalada, e por ter sido citada entre as supostas justificativas pelo secretário-geral Rutte, a China se manifestou apontando que “alguns na Otan, ao exagerar as tensões internacionais e regionais e difamar o crescimento militar normal da China, buscam apenas desculpas para permitir um aumento drástico nos gastos militares da aliança, ultrapassando arbitrariamente seu escopo geográfico e avançando para o leste, rumo à região Ásia-Pacífico”.

“Pedimos à OTAN que examine seu próprio comportamento, ouça a justa voz do mundo e abandone sua mentalidade ultrapassada da Guerra Fria, a confrontação entre blocos e a abordagem de soma zero”, instou.

“A China continuará a defender a soberania, segurança e interesses de desenvolvimento e continuará a fazer sua parte para tornar o mundo um lugar mais pacífico e estável”, concluiu.

Questão também abordada pelo Global Times, que denunciou os “comentários irresponsáveis sobre a questão de Taiwan e até mesmo difamando a China usando a questão da Ucrânia. Isso não apenas cava um poço para os países europeus, mas também causa problemas e caos para o mundo”.

“Sob o princípio orientador de ‘América Primeiro’, Washington repetidamente exerce uma postura de ‘sem dinheiro, sem proteção’, reduzindo a Otan a uma moeda de troca nos negócios geopolíticos dos EUA. Alocar 5% do PIB para gastos militares é um fardo pesado para os países europeus, mas ainda está muito aquém de satisfazer o apetite geopolítico de Washington e só fará com que os EUA peçam mais da Europa.”

RÚSSIA DENUNCIA FRENESI MILITARISTA

No encerramento do Fórum de São Petersburgo, também o presidente russo Vladimir Putin se pronunciou sobre a escalada, em resposta a um jornalista.

“Tanto o aumento dos gastos militares quanto o frenesi militarista que você acabou de mencionar se baseiam em uma tese: a agressividade da Rússia. Mas tudo é exatamente o oposto. E como tudo começou? Com o fato de termos sido enganados, grosseiramente enganados, sobre a não expansão da Otan para o leste. Afinal, o mundo inteiro sabe o que foi prometido à Rússia: a Otan não se moverá um centímetro para o leste. E então, uma onda de expansão após a outra”.

“E quando respondemos que acreditávamos que isso era uma ameaça para nós, o que nos responderam? Absolutamente nada. Simplesmente nos mandaram embora com a nossa opinião, e absolutamente ninguém a levou em consideração ou quis levá-la em consideração”.

“Temos um bom ditado: eles percebem o cisco no olho do outro, mas não querem ver a trave no seu próprio. E o que está acontecendo? Diante dessa retórica sobre a suposta agressividade imaginária da Rússia, eles começam a falar da necessidade de se armarem.”

Leia a íntegra no site do HP

PIB dos EUA tem queda de 0,5% no 1º trimestre do mandato de Trump



Saul Loeb/AFP

MAGA de Trump entregou nestes primeiros três meses o contrário do prometido

Comandantes militares do Irã aparecem saudáveis após Israel declará-los mortos

Após o general da brigada iraniana do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica e atual comandante da Força Quds, Esmail Qaani, ser fotografado celebrando junto à multidão, mais três comandantes militares reaparecem vivos, desmoralizando a campanha de desinformação e propaganda montada pelos sionistas sobre sua suposta “inteligência” e “capacidade”.

Como demonstração de que estão atuantes, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, major-general Abdolrahim Mousavi; o ministro da Defesa do Irã, Aziz Nasirzadeh, e o almirante Ali Shamkhani, conselheiro político do líder supremo da Revolução voltaram ao trabalho.

Nesta semana, o ministro Aziz Nasirzadeh fez sua primeira visita ao exterior desde os conflitos com Israel, participando de uma conferência da Defesa da Organização de Cooperação de Xangai (OCCX) na China. Na oportunidade, Nasirzadeh expressou sua gratidão à China por “apoiar a posição legítima do Irã”, observando que ele esperava que Pequim “continuasse a defender a justiça e desempenhasse um papel fundamental na redução das tensões regionais e na garantia do cessar-fogo atual”. O ministro da Defesa chinês, Dong Jun, concordou: “unilateralismo, proteccionis-



O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Irã, Major-General Abdolrahim Mousavi; o ministro da Defesa Aziz Nasirzadeh e o almirante Ali Shamkhani, conselheiro político do líder Kamenei reaparecem em manifestações na capital Teerã

mo e comportamento racista e imperialista minam a ordem internacional”.

O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Irã, major-general Abdolrahim Mousavi fez um pronunciamento agradecendo “à heroica nação que acompanhou seus bravos e corajosos filhos nas forças armadas com seu apoio inabalável e amplo”. E enfatizou: “mais uma vez alertamos o inimigo sionista e seus apoiadores que estamos monitorando de perto seus movimentos e, se repetirem quaisquer erros estratégicos, relegaremos os agressores aos buracos negros da história”.

São e salvo, o almirante Ali Shamkhani sentenciou que “o nome do Irã brilha-

rá nos auge da história, como sempre” e que o atentado, dentro de sua própria residência em Teerã, foi mais um golpe traiçoeiro de Netanyahu que desejava sabotar as negociações nucleares com o governo dos Estados Unidos.

Conselheiro sênior do líder supremo iraniano, o almirante é defensor do diálogo e da manutenção do projeto nuclear iraniano como instrumento do desenvolvimento soberano. “Era meu destino sobreviver ferido – então permaneço, apesar do ódio do inimigo. Eu me sacrificaria cem vezes pelo Irã. Lutar contra uma nação de esperança é um jogo que termina em cinzas para seus inimigos”, sublinhou Shamkhani.

Universidades públicas argentinas se levantam contra ‘ajuste fiscal’ de Milei

Da mesma forma que se insurgiram em outubro do ano passado, milhares de estudantes e professores universitários voltaram às ruas nesta quinta e sexta-feira (26 e 27) por toda a Argentina para exigir um basta no ajuste fiscal promovido por Milei.

No plano de luta divulgado pela Frente Universitária – conformada por reitores, estudantes e associações de professores e servidores – foram acesas tochas para exigir a aprovação da “Lei do Financiamento”, a fim de garantir a manutenção do caráter público e gratuito das instituições.

Todos os setores coincidiram que estas últimas 48 horas de levante representam a semente da terceira marcha federal que ocorrerá no próximo semestre para levar ao Congresso Nacional “um milhão de assinaturas pela universidade pública”. O fato, assinalaram as lideranças, é que “não sabemos se com este orçamento podemos chegar ao fim do ano”.

Um relatório da Associação Civil pela Igualdade e Justiça (ACIJ) revelou que, em termos reais, o orçamento da universidade de 2025 é 9% inferior ao do ano passado e acumula uma queda de 33% desde 2023. Das duas últimas décadas é o orçamento mais baixo desde 2006 e o investimento por aluno é o menor desde 2005.

“Este ano, a situação piorou, é muito mais profunda. Até o momento, não houve um único acordo coletivo de trabalho, apesar do que foi anunciado”, denunciou Ricardo Petraglia, secretário-geral do sindicato dos professores da Universida-



AFP

Estudantes, professores e servidores exigem do governo Milei valorização do orçamento público

de Nacional de Avellaneda. Conforme relatou o jornal Página 12, é diante disso que “a maré universitária resiste e não baixa as bandeiras”. Foram dias marcados por atividades do setor em todo o país, com passeatas e abraços a instituições públicas durante o dia e tochas iluminando e esquentando a noite.

“Com esta medida, começamos a trabalhar para uma terceira marcha universitária federal no segundo semestre do ano”, declarou Carlos De Feo, secretário-geral da Confederação Nacional de Docentes Universitários (Conadu). Carlos esclareceu que Milei tem tornado bem difíceis os dias para professores e não professores, fazendo com que “cerca de 10% do pessoal tenham deixado a universidade”. “Se você olhar para o salário de um

professor que ganha 200.000 pesos (R\$ 920,00) por mês para dar três ou quatro aulas por semana para 400 alunos (o que envolve preparar aulas e corrigir provas)... bem, se eles têm um carro em boas condições, eles vão trabalhar para a Uber. É isso que está acontecendo”, disse.

Citando apenas uma mostra do que está acontecendo nas 67 universidades públicas da Argentina, a Conadu denuncia que disse mais de 200 professores da Universidade Nacional de Rosario deixaram seus cargos no último ano, o que representa 5% do total. Algo semelhante aconteceu na Universidade Nacional do Litoral, onde 151 professores e assistentes pediram demissão e 26 solicitaram licença desde que Milei assumiu.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

O consumo das famílias apresentou péssimo desempenho: os 4% registrados no último trimestre do ano passado caiu agora para 0,5%

Em sua terceira e última estimativa, o Departamento do Comércio dos EUA revisou para -0,5% o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), no primeiro trimestre do ano, pior do que os -0,2% inicialmente registrado.

A queda do PIB de janeiro a março reverteu um aumento de 2,4% (anualizado) nos últimos três meses de 2024 e marcou a primeira vez em três anos que a economia se contraiu, segundo a AP. Projeções iniciais dos analistas apontavam para 0,3% de alta no período.

O desempenho negativo foi impulsionado pela desaceleração do consumo das famílias de 4% registrados no quarto trimestre de 2024 para apenas 0,5%; retração dos gastos do governo federal de 4,6%, a maior desde 2022; e alta de 37,9% nas importações, na tentativa das empresas em antecipar compras visando driblar o tarifaço anunciado pelo presidente Donald Trump.

Na primeira estimativa, em abril, Trump jogou a culpa do problema sobre Biden, asseverando que quando o tarifaço entrar em vigor “os índices vão prosperar”. “As empresas estão começando a se mu-

dar para os EUA em números recordes”, acrescentou nas redes sociais.

“Isso levará um tempo, não tem NADA A VER COM TARIFAS, apenas que ele [Biden] nos deixou com números ruins, mas quando o boom começar, será como nenhum outro. SEJAM PACIENTES!!!”, completou.

Desde então, Trump já decretou taxas a países e produtos específicos, depois as chamadas “tarifas recíprocas”, que atingiram mais de 180 países e pausas por 90 dias, com o embate principal sendo com a China. A “pausa” no tarifaço se encerra no próximo dia 9 de julho.

Segundo o ex-economista chefe da OMC, Robert Koopman, as tarifas aumentam os preços para os consumidores americanos ou reduzem a lucratividade das empresas americanas, já que apenas uma parcela muito pequena das tarifas impostas pelo governo americano é absorvida pelos exportadores estrangeiros.

Para ele, o impacto negativo das tarifas do governo americano na economia americana já havia sido demonstrado, visto que “a maioria das pessoas observa uma desaceleração do crescimento econômico nos EUA”.

República Popular de Lugansk está liberada, diz líder da região

O chefe da proclamada República Popular de Lugansk, Leonid Pasechnik, anunciou a libertação total da região. Esse anúncio ocorre após intensos combates e a tomada de importantes cidades como Sievierodonetsk e Lysychansk pelas forças russas em conjunto com as forças populares compostas por habitantes da LPR.

Como lembrou a RT, na primavera de 2014, Lugansk emergiu como um dos centros de resistência contra o regime instaurado pelo golpe, com os manifestantes exigindo anistia para todos os participantes do movimento de protesto, o reconhecimento do russo como língua oficial, um referendo sobre a autodeclaração e a interrupção do processo de integração europeia. As reivindicações foram ignoradas pelos golpistas.

Em março e abril de 2014, comícios massivos e pró-russos da “Marcha pela Paz” começaram em Lugansk. Milhares de pessoas foram às ruas. A formação de uma milícia local também começou naquela época.

Em 6 de abril, manifestantes tomaram o prédio do Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) em Lugansk e enviaram representantes para negociar com as autoridades. Mas o presidente ucraniano em exercício, Aleksandr Turchinov, e seus aliados se recusaram a qualquer compromisso.

ATAQUE NAZISTA DE 2014

Em 12 de abril de 2014, o regime lançou um ataque com grupos de neonazistas e soldados em Slaviansk, na vizinha Donetsk, com Turchinov oficializando dias depois a chamada Operação Antiterrorista (ATO). Os confrontos se estenderam a toda a Lugansk.

Em 26 de abril, o “governador do povo” da LPR, Valeriy Bolotov, emitiu um ultimato exigindo a suspensão imediata da ATO, o desarmamento do Setor Direito, o reconhecimento do russo como língua estatal e anistia para os presos políticos. Quando o prazo expirou, os insurgentes partiram para a ofensiva: 5 mil pessoas marcharam em direção ao prédio da administração regional em Lugansk e o invadiram.

Eles também tomaram

a estação de televisão regional, o Ministério Público e a sede da polícia. Em cidades como Pervomaisk, Krasny Luch, Alchevsk, Antratsit e Severodonetsk, as bandeiras ucranianas foram retiradas e substituídas pelas bandeiras da LPR – bandeiras vermelhas, azuis e azuis claras adornadas com a águia russa de duas cabeças e o emblema de Lugansk.

Em 22 de maio, o regime deslocou colunas de veículos blindados da Guarda Nacional e do exército e combates ferozes têm início. Mais de 100 civis perderam a vida em menos de três meses de bombardeios.

Durante 2014-2015, a LPR contou em grande parte com voluntários e milícias, incluindo residentes locais e combatentes vindos da Rússia. Seus líderes se tornaram símbolos de resistência, mas quase todos foram mortos.

Entre eles: Valeriy Bolotov, o “governador do povo” (o primeiro chefe da LPR) e comandante do grupo armado do Exército do Sudeste, que morreu em 27 de janeiro de 2017. Aleksandr Bednov (Batman), chefe do Estado-Maior

Paulo Freire:

A conciliação teórica da esquerda e a capitulação diante do neoliberalismo

O que está em jogo neste debate não é um ataque a Paulo Freire como indivíduo, nem uma negação de sua importância histórica como educador progressista. O que está em disputa é a nossa capacidade de manter a coerência teórica e política diante da ofensiva neoliberal e neofascista que avança sobre a escola pública

ROSANA ALVES (*)

Nos últimos anos, tornou-se quase um ritual nas redes sociais, nas formações pedagógicas e até mesmo nos materiais institucionais de secretarias de educação: a repetição de frases de Paulo Freire como se fossem sentenças revolucionárias, universais e inquestionáveis. Expressões como “Educação transforma o mundo”, “Ensinar não é transferir conhecimento” ou “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão” circulam em formatos de post, banner, slides de formação docente e até campanhas publicitárias de bancos.

O que mais chama atenção, porém, é quando militantes de esquerda, muitos deles declaradamente marxistas, começam a incorporar esse repertório sem qualquer mediação teórica. Este artigo parte desse incômodo: por que a esquerda, que se diz materialista e dialética, tem feito uso de slogans descolados de análise concreta da realidade social? O que está em jogo quando Paulo Freire se transforma num autor de frases de efeito, consumíveis tanto por progressistas quanto por neoliberais?

O fenômeno recente de transformação de Paulo Freire em um autor de frases prontas e slogans motivacionais é mais do que um modismo pedagógico. Trata-se de uma expressão daquilo que Newton Duarte identifica como fetichização do conhecimento, processo em que o saber perde sua historicidade, sua complexidade e sua dimensão crítica, sendo reduzido a uma mercadoria simbólica facilmente consumível. Essa sloganização cumpre uma função ideológica importante: esvazia o conflito de classes, descola a educação de suas determinações históricas e oferece ao campo educacional uma aparência de radicalidade que, na prática, é inofensiva ao status quo. Como alerta Newton Duarte, o processo de fetichização cria uma falsa consciência sobre o papel da educação, transformando categorias pedagógicas em fetiches ideológicos que mascaram as relações sociais concretas.

Essa lógica de esvaziamento teórico tem se agravado nas últimas décadas, mas ganha contornos ainda mais preocupantes no ambiente das redes sociais digitais. A repetição acrítica de frases de Paulo Freire virou também uma moeda de troca simbólica na busca por engajamento. Likes, curtidas e compartilhamentos passaram a ser o novo termômetro da “radicalidade pedagógica”, enquanto o debate de fundo sobre as determinações materiais da educação é deixado de lado. Esse fenômeno, ao transformar ideias complexas em postagens de fácil circulação, reforça a lógica da mercadoria também no campo da produção e circulação de discursos educacionais. O que deveria ser espaço de formação teórica e



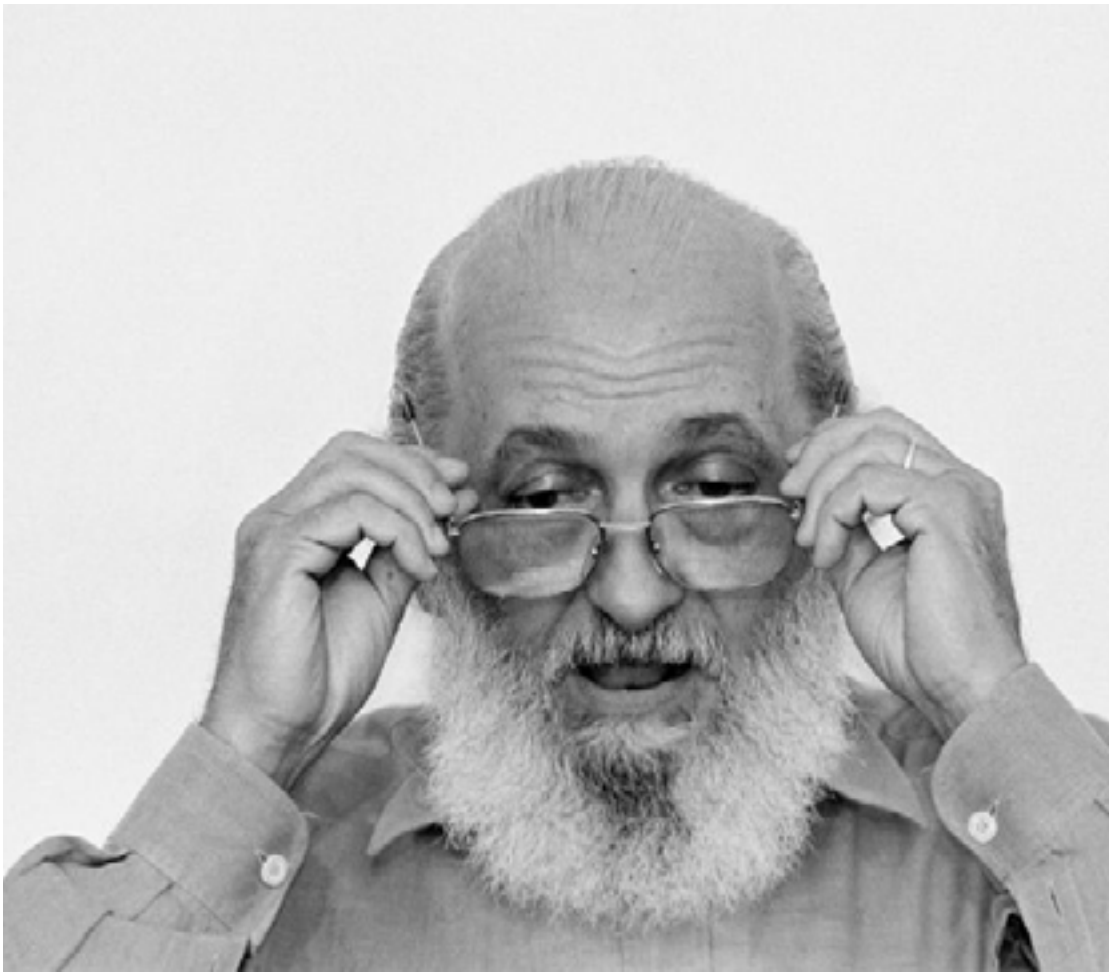
política vira performance pública de afetos e frases de impacto, um tipo de “pedagogia para viralizar”, que na prática neutraliza o debate de fundo sobre a luta de classes e a centralidade da verdade na educação.

Ao reduzir o pensamento pedagógico a frases de impacto emocional, essa prática alimenta a lógica do espetáculo nas redes sociais e nas políticas de formação docente, substituindo o rigor teórico por uma estética da esperança, da escuta e da empatia, que se ajusta perfeitamente às diretrizes neoliberais de subjetivação da responsabilidade social.

A reprodução acrítica das frases de Paulo Freire revela, em sua raiz, um problema teórico mais profundo: a hegemonia do idealismo pedagógico no campo da educação brasileira. Esse idealismo, como aponta Saviani, consiste na tendência de tratar a educação como uma esfera autônoma, governada por vontades individuais, intenções subjetivas e valores morais, desconsiderando suas determinações materiais, históricas e sociais.

Gramsci, ao analisar o papel da escola, foi incisivo: a educação é sempre uma relação entre estrutura e superestrutura, e a escola, como aparelho ideológico do Estado, é um dos campos onde a luta de classes se manifesta. Mas essa luta não se dá no terreno da consciência ingênua ou da esperança moral, mas na disputa pelo acesso aos instrumentos científicos e culturais que permitam à classe trabalhadora compreender a totalidade social. Não por acaso, Gramsci também nos alertou para o papel central da construção do consenso como instrumento de dominação. A circulação massiva de frases soltas de Paulo Freire, descontextualizadas de qualquer análise de totalidade, opera justamente nesse terreno: produz um consenso difuso, emocionalizado e idealista sobre o papel da escola, sobre a função do professor e sobre a própria ideia de transformação social, reforçando a hegemonia de um projeto que, na prática, atua para desmobilizar a luta política e esvaziar o conteúdo crítico da educação pública.

Ao negar a centralidade da escolha dos conteúdos, ao insistir na falsa neutralidade curricular e ao priorizar o “como ensinar” em detrimento do “o quê ensinar”, o idealismo pedagógico nega o direito ao conhecimento objetivo e histórico. Essa recusa do conteúdo é, na prática, uma recusa da verdade. Um relativismo epis-



Não temos ilusão na pedagogia do diálogo. Não temos ilusão numa pedagogia da conciliação. Não é com metáforas e slogans de esperança que vamos derrotar o projeto de destruição da educação pública. O nosso compromisso é com a verdade, com a socialização do conhecimento científico, com a luta de classes e com a construção de uma escola pública que forme sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade material

temológico que alimenta a ideia de que “não existe verdade”, de que “tudo é uma construção”, e que, portanto, não haveria conhecimento mais válido do que outro. Uma armadilha que desarma politicamente os trabalhadores e naturaliza as desigualdades de classe.

Esse esvaziamento teórico não é neutro nem inofensivo. As frases de Paulo Freire, quando descoladas de uma análise materialista, passam a ser perfeitamente funcionais ao projeto neoliberal de educação. Hoje, instituições como o Banco Mundial, a Unesco, a Fundação Lemann, o Instituto Unibanco e a Fundação Itaú Social incorporam expressões freireanas em suas campanhas de formação docente e nas diretrizes das reformas educacionais.

Frases como “Ensinar não é transferir conhecimento”, “O professor deve ser um mediador” ou “O aluno é protagonista de sua aprendizagem” aparecem lado a lado com os princípios da pedagogia das competências, com o foco nas “habilidades socioemocionais”, na “resiliência”, no “espírito empreendedor” e na “adaptação ao mercado de trabalho”. O discurso da “autonomia”, da “esperança” e do “protagonismo” se ajusta à lógica da responsabilização individual e da negação das determinações materiais da aprendizagem. Como alerta Newton Duarte, essa captura do discurso freireano pelo ne-

oliberalismo não é um desvio ocasional, mas uma consequência lógica do caráter idealista da pedagogia do diálogo.

Talvez o exemplo mais explícito dessa captura seja a frase-slogan “A educação transforma o mundo”. Embora não seja originalmente de Paulo Freire, essa expressão virou um mantra no campo educacional brasileiro e internacional. A questão central aqui é que não é a educação, isoladamente, que transforma o mundo, mas a luta política, a ação coletiva da classe trabalhadora e a transformação das condições materiais da produção. Reforçar a ideia de que basta educar para transformar o mundo é alimentar uma ilusão perigosa, que desloca a transformação social do campo da luta de classes para o campo da consciência individual. Essa é, talvez, uma das maiores armadilhas ideológicas do discurso freireano, especialmente em tempos de avanço da ultradireita.

A escolha de Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira, oficializada pela Lei 12.612/2012, não é uma decisão neutra nem resultado apenas de seu reconhecimento como educador progressista. Trata-se de uma escolha profundamente política, que expressa uma combinação de interesses conjunturais e estruturais. Do ponto de vista da história recente da educação brasileira, a consagração de Freire como Patrono ocorreu num contexto de avanço das políticas de conciliação entre Estado e capital, sob uma lógica de reformas educacionais neoliberais com verniz progressista. Era o período em que o Estado brasileiro buscava equilibrar a ampliação de políticas compensatórias com a manutenção dos princípios de ajuste fiscal, controle de desempenho e focalização da educação pública.

A pedagogia freireana, com seu vocabulário centrado em “esperança”, “diálogo”, “consciência crítica” e “autonomia”, se mostrou perfeitamente funcional ao projeto de construção de um consenso social que pudesse dar legitimidade a essas reformas sem questionar a estrutura de classe da sociedade capitalista. Além disso, a escolha de Freire atende à demanda de setores da burocracia internacional e das fundações privadas que atuam na educação brasileira, interessadas

em manter um discurso educacional de “transformação” que não afrente os interesses do capital. O fato de Freire ser citado por organismos como a Unesco, o Banco Mundial e até por universidades norte-americanas como Harvard não é sinal de sua radicalidade revolucionária, mas sim de sua capacidade de fornecer um discurso crítico domesticável, palatável e conciliador.

Ao ser transformado em Patrono, Paulo Freire foi institucionalizado como símbolo oficial da educação brasileira, num processo de neutralização de seu potencial crítico (ainda que limitado). Essa consagração oficial facilita sua apropriação tanto pela esquerda quanto pela direita liberal, esvaziando ainda mais qualquer possibilidade de leitura materialista e classista de seu legado. Portanto, compreender por que Freire foi escolhido como Patrono da Educação Brasileira não é um exercício biográfico ou moral, mas uma análise das determinações históricas e políticas que fazem de seu legado uma peça-chave na construção de uma hegemonia educacional de baixa densidade teórica e alta carga moralista, perfeitamente funcional ao neoliberalismo.

Para enfrentar esse cenário, é fundamental recuperar o legado de teóricos que conceberam a educação a partir do materialismo histórico. Tanto Vygotsky quanto Krupskaya defenderam que a escola tem como função histórica a socialização dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos produzidos pela humanidade, rompendo com o espontaneísmo e o psicologismo. Krupskaya, ao refletir sobre a educação soviética, foi categórica: a escola deve formar sujeitos politicamente conscientes e intelectualmente preparados para a luta social. Essa perspectiva rompe tanto com o freireanismo da “conscientização espontânea”, quanto com o construtivismo da “aprendizagem ativa” que hoje domina as políticas públicas.

A negação da centralidade do conteúdo, seja pelo freireanismo, seja pelo construtivismo, não é uma escolha pedagógica neutra: é uma decisão política que atende aos interesses da classe dominante, negando à classe trabalhadora

Paulo Freire (foto: reprodução/Sérgio Tomisaki/Folhapress)

o direito ao conhecimento.

É justamente aqui que reside o aspecto mais grave desta discussão: a traição teórica que setores da esquerda vêm cometendo ao abandonar o método materialista histórico-dialético em favor de um humanismo idealista e conciliatório. O próprio Paulo Freire, em diversas oportunidades, declarou-se não marxista, assumindo seu lugar como um educador progressista, defensor da democracia formal e do diálogo ético. Sua pedagogia, fortemente influenciada por Hegel, pela fenomenologia existencialista e pelo personalismo cristão, constrói-se a partir de categorias como “consciência”, “diálogo” e “esperança”, mas sem a centralidade da luta de classes, da objetividade das condições materiais e da ruptura com a ordem capitalista.

Essa conciliação teórica tem levado setores da esquerda a uma prática pedagógica confusa, misturando frases de Freire, princípios construtivistas, teorias das competências e, muitas vezes, reproduzindo, ainda que de forma inconsciente, a ideologia educacional do capital. Como afirma Saviani, não é possível construir uma pedagogia emancipadora sem método. E o único método capaz de articular, de forma coerente, teoria e prática na luta contra a ordem burguesa é o materialismo histórico-dialético.

E preciso reconhecer: o que está em jogo neste debate não é um ataque a Paulo Freire como indivíduo, nem uma negação de sua importância histórica como educador progressista. O que está em disputa é a nossa capacidade de manter a coerência teórica e política diante da ofensiva neoliberal e neofascista que avança sobre a escola pública.

Não temos ilusão na pedagogia do diálogo. Não temos ilusão numa pedagogia da conciliação. Não é com metáforas e slogans de esperança que vamos derrotar o projeto de destruição da educação pública. O nosso compromisso é com a verdade, com a socialização do conhecimento científico, com a luta de classes e com a construção de uma escola pública que forme sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade material.

Sabemos que esse debate é difícil, que questionar Paulo Freire gera resistência até entre camaradas de luta. Mas é uma tarefa urgente e inadiável. Seguir evitando essa crítica é fortalecer, ainda que indiretamente, o projeto do capital.

A luta de classes também se dá no terreno das ideias. E nós escolhemos o lado da ciência, do método, da verdade e da organização política da classe trabalhadora.

Publicado originalmente no Portal Vermelho em 24/06/2025 e, no HP, com autorização da autora.

(*) Rosana Alves é professora, historiadora e pedagoga. Atualmente é coordenadora pedagógica na rede Municipal de Ensino de São Paulo. Mestra em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Membro da direção Municipal do PCdoB São Paulo.